

TRABALHO DOCENTE, TECNOLOGIAS DIGITAIS E A DEFESA DA SAÚDE: DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM CONTEXTO DE CRISE SANITÁRIA¹

Teaching work, digital technologies, and health defense: Inequalities in public education in the context of a health crisis

SOUZA, Katia Reis²

SANTOS, Gideon Borges³

RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos⁴

FELIX, Eliana Guimarães⁵

GOMES, Luciana⁶

GUARANY, Alzira Mitz Bernardes⁷

ARAÚJO, Luisa Maiola⁸

DIAS, Sylvia Rosário⁹

RESUMO

O principal objetivo deste artigo consiste em problematizar o trabalho docente no âmbito da educação básica em escolas públicas no Rio de Janeiro, durante a pandemia, com foco na ampliação das desigualdades sociais, precarização do trabalho e novas formas de resistências para defesa coletiva da saúde. Trata-se de uma pesquisa social de caráter qualitativo e de natureza participativa, realizada em parceria com o Sindicato dos Profissionais de Educação do

1 Esse estudo é um resultado da pesquisa intitulada “Saúde e Trabalho de Professores(as) da Rede Pública e Particular de Educação do Rio de Janeiro em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia” e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (n. 4.115.201).

2 Doutorado em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ); mestrado em educação e saúde (NUTES/UFRJ). Pesquisadora do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ). katia.reis@fiocruz.br

3 Doutorado em políticas públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do CESTEHE (ENSP/FIOCRUZ). gidborgess@gmail.com

4 Pós-Doutorado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); doutorado em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ); mestre em Ciências do cuidado em saúde pela Universidade Federal Fluminense (UFF). andrearodriguesquintao@gmail.com

5 Doutoranda em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ); mestrado em saúde pública pela ENSP (FIOCRUZ). Pesquisadora do CESTEHE (ENSP/FIOCRUZ). elianagfelix@gmail.com

6 Pós-Doutorado em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); doutorado em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ); mestre em saúde pública pela ENSP (FIOCRUZ). Pesquisadora do CESTEHE (ENSP/FIOCRUZ). lugomes@gmail.com

7 Doutora em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ); mestrado em serviço social (ESS/UFRJ). Docente da Escola de serviço social (UFRJ). aguarany@gmail.com

8 Mestranda em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ) e especialista em saúde do trabalhador (residência) pela ENSP (FIOCRUZ). luisamaiola@gmail.com

9 Mestranda em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ) e especialista em direito humanos e saúde pela ENSP (FIOCRUZ). sylviarosario@gmail.com

Rio de Janeiro, da região de Macaé. Foram adotados como estratégia de estudo os parâmetros da Comunidade Ampliada de Pesquisa, que foi adaptada para o ambiente virtual. Quanto à análise dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo temática, constituindo seis temas principais de interpretação: desigualdades no trabalho docente; iniquidades sociais entre discentes; desigualdades de gênero; diferenças no sentido do trabalho com tecnologias; interseções do trabalho com a saúde; defesa da saúde e do direito à desconexão do trabalho. Verificou-se que as desigualdades possuem diferentes nuances em um cenário desalentador, marcado pela exclusão e adoecimento no trabalho em escolas, ao mesmo tempo em que novas resistências coletivas frente a essas adversidades são criadas.

Palavras-chave: Saúde de professores. Educação pública. Tecnologias digitais.

ABSTRACT

The main aim of this article is to problematize remote teaching work in the context of basic education at public schools in Rio de Janeiro, during the pandemic, with a focus on the expansion of social inequalities, the precarious of teaching work and new forms of resistance for collective defense of health. This is a qualitative and participatory social research, carried out in partnership with the Union of Education Professionals of Rio de Janeiro, in the Macaé region. The parameters of the Expanded Research Community were adopted as a study strategy, which was adapted for the virtual environment. As for data analysis, the thematic content analysis technique was used, constituting six main themes of interpretation: inequalities in teaching work; social inequities among students; gender inequalities; differences in the sense of work with use of technologies; intersections from work with health; defense of health and the right to disconnect from work. It was found that inequalities have different nuances in a discouraging scenario, marked by exclusion and illness at work in schools, while new collective resistances in the face of these adversities are created.

Keywords: Teacher's health. Public education. Digital technologies

INTRODUÇÃO

A suspensão do trabalho presencial em escolas pública durante a pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2) modificou por completo o processo de trabalho docente, passando ao que se convencionou chamar de ensino remoto emergencial (BRASIL, 2020). Essa nova modalidade de trabalho suscitou ainda mais as dificuldades e desigualdades relacionadas ao trabalho em escolas públicas, a exemplo da exclusão tecnológica de professores(as) e estudantes e da escalada da precarização do labor docente, com repercussões para saúde individual e coletiva (CARVALHO; CRUZ; COELHO, 2021; SOUZA *et al.* 2022).

Sem dúvida, a crise sanitária decorrente da pandemia obrigou a classe trabalhadora à adoção de novos modos de trabalhar. No que diz respeito às escolas e universidades no Brasil, foram assimiladas formas de organização laboral com uso tecnológico intensivo para adaptação do trabalho de professores(as) em ambientes virtuais, via de regra, sob a marca da improvisação. No entanto, como afirma Harvey (2016), “a mudança tecnológica nunca é gratuita ou indolor, e o custo e a dor que produzem não são uniformemente repartidos” (p. 99). Certamente, a exclusão tecnológica na educação, que já existia antes da pandemia, produziu novos *apartheids* sociais com o agravamento da evasão escolar e o aprofundamento de desigualdades no trabalho docente (MÉSZÁROS, 2005).

Carvalho (2021) assevera que a pandemia da Covid-19 expôs no Brasil uma antiga pandemia de natureza social: a “pandemia de desigualdades” (p. 360). De acordo com

a autora, a desigualdade no país adoece e mata há muito, principalmente, em territórios de favelas e periferias, onde não foi possível cumprir o isolamento sanitário por falta de espaço físico, saneamento básico e outros direitos essenciais que compõem a histórica equação da desigualdade social, racial e de gênero associadas ao descaso político.

No tocante às desigualdades na educação pública, assiste-se ao crescimento da evasão escolar nos últimos dois anos. Para Neri e Osório (2021), houve um aumento drástico na taxa de evasão escolar ao longo do ano de 2020 no Brasil, principalmente na faixa etária de 5 a 9 anos de idade com um acréscimo de 290,8%. “Voltamos aos níveis de evasão de 14 anos atrás” (p. 44). O retrato da educação, que já era ruim, voltou a piorar e os resultados apontam para efeitos sociais negativos a médio e a longo prazo para o país. Destarte, os contrastes sociais se tornaram proeminentes durante a pandemia, ao lado da degradação de políticas sociais, impostas pelas medidas de austeridade fiscal e subfinanciamento da educação (SANTOS, 2020).

E de fato, a crise sanitária e econômica ampliou as desigualdades sociais e educacionais, potencializando a dominação e opressão do capital sobre a classe trabalhadora, especialmente, os mais pobres. De acordo com Oliveira (2020, p. 32), um dos princípios da organização dos sistemas educacionais nos regimes republicanos deveria ser a garantia de igualdade de oportunidades, o que implicaria oferecer as mesmas perspectivas para todos os estudantes do país e condições dignas de trabalho para professores(as).

No que concerne às desigualdades relacionadas ao trabalho docente, sobressaem as desigualdades materiais, diferenças no trabalho tecnológico, bem como o declínio de formas participativas e colegiadas que envolvam a comunidade escolar, para troca de experiências e tomada de decisões coletivas (SAVIANI; GALVÃO, 2021). Observou-se, via de regra, diminuição da democracia como marca dos tempos de crise em escolas, falta de acesso equânime aos recursos tecnológicos e frágil apoio pedagógico para qualificar professores(as).

A desigualdade também é agudizada por um velho problema da educação brasileira: os baixos salários pagos aos profissionais da educação. Oliveira (2020) problematiza dados sobre a remuneração de professores(as), no ano de 2020, entre países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a autora, os salários dos professores no Brasil estão em patamares muito inferiores à média praticada pelo conjunto das nações participantes do órgão. O estudo apresenta algumas situações, entre elas, a de docentes do Ensino Médio no Brasil que recebem por ano o equivalente a US\$25.966, enquanto a média é de US\$ 49.778 (OLIVEIRA, 2020, p. 32). Ademais, deve-se considerar as perdas salariais que ocorreram durante a pandemia como a subtração de benefícios de professores(as) da rede pública, o que será analisado nesse texto a partir da perspectiva dos próprios professores(as).

Além disso, a maioria das escolas públicas carecem de materiais pedagógicos, tecnologias e mobiliários suficientes. Importa considerar, ainda, que quando as escolas são fechadas, a merenda escolar que garante a sobrevivência de muitas crianças fica ameaçada (SANTOS, 2020, p. 19). Aspectos relativos à proteção social das crianças e adolescentes, infraestrutura adequada oferecidas pelas escolas e condições laborais indispensáveis para os trabalhadores(as) deveriam ser garantidos pelo Estado e órgãos públicos para consecução de ensino de qualidade e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, conforme preconizado pela

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Para Sader (2018), compreender o papel e as atribuições do Estado é essencial para propor estratégias de reconstrução democrática do país e de elaboração de políticas públicas afinadas com o interesse da classe trabalhadora.

Embora professores(as) tenham vivenciado, no período pandêmico, o aprofundamento da precarização e intensificação do trabalho, bem como a perda dos laços coletivos presenciais, é inquestionável, como observa Harvey (2018), que todo processo de intensificação tecnológica contem, como contradição, potencialidades emancipatórias que devem ser mobilizadas para lutar contra a dominação e a crescente desigualdade social. Assim, observam-se novas estratégias de resistência e defesa da saúde, tal qual a recusa ao trabalho que adocece e o direito à desconexão digital, temas que também serão analisados no presente artigo.

Destarte, o objetivo principal deste texto consiste em problematizar o trabalho remoto docente no âmbito da educação básica de escolas públicas no Rio de Janeiro, durante a pandemia, com foco na análise a respeito da ampliação das desigualdades sociais, precarização do trabalho docente e novas formas de resistências empreendidas por professores(as) para defesa coletiva da saúde. Importa destacar que até o momento, de elaboração do presente manuscrito, a World Health Organization (WHO) não decretou o fim da pandemia, embora a vacinação em larga escala esteja em curso.

QUADRO TEÓRICO

A tese que queremos destacar é aquela segundo a qual, o trabalho remoto docente, em tempos de pandemia, apresentou novas nuances da precarização do trabalho de professores(as), cujas características possuem forte traço tecnológico, bem como assimetrias de classe, gênero e raça. Considere-se, ainda, como asseveram Saviani e Galvão (2021), que o ensino remoto possui múltiplas determinações, entre elas, os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica e, por consequência, o crescimento das desigualdades sociais na educação (FILGUEIRAS, 2021; SAVIANI; GALVÃO, 2021).

O uso exacerbado das tecnologias no contexto pandêmico acelerou a expansão do domínio (e enriquecimento) das plataformas digitais das grandes corporações do ramo e, em paralelo, gerou novos processos de exclusão e desigualdade social (NÓVOA, 2020). Sob a lógica do capital, a tecnologia estende seu alcance para novos mercados, criação de valor e mais-valor no interior da divisão geral do trabalho, como no setor da educação (HARVEY, 2018). O capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos seus requisitos para obtenção de mais lucro.

Em contrapartida, formas emergentes de resistência e estratégias criativas de defesa da saúde por meio do uso e recusa de tecnologias digitais são experimentadas, configurando novos territórios de luta e resistência (BRUNO *et al.*, 2018). Parece correto afirmar, com Harvey (2018), que a emancipação da classe trabalhadora dar-se-á por meio da libertação das amarras sociais e políticas, tanto da dominação do capital quanto do Estado de configuração neoliberal e colonial.

Nesse ponto, cabe destacar a interpretação de Fiori (2020) a respeito do Estado neoliberal na América Latina (AL), nos marcos da pandemia, que realça a perspectiva da teoria dos “buscadores de renda”, segundo a qual o Estado é apenas mais um

mercado de trocas entre burocratas movidos por interesses egoístas e empresários em busca de privilégios e de rendas monopólicas, garantidas por meio do controle da máquina estatal. Em que pese o empenho de alguns governos comprometidos em superar a crise sanitária e social na AL, a perspectiva hegemônica é aquela da racionalidade instrumental do Estado, convergente com a teoria de Estado em Marx (2011), cujo aparato estatal serve aos interesses da classe dominante para exploração e dominação do trabalho.

Sobre as desigualdades sociais, lançamos mão da ótica sociológica de Florestan Fernandes (2013). Segundo essa vertente, deve-se romper com a ideia comum que o regime de classes funciona do mesmo modo e produz os mesmos resultados onde quer que ele exista. Segundo o autor, a principal contribuição dos estudos sociológicos que considera o recorte de classe social deve desenvolver análises e interpretações por diferenciações dos fatores estruturais presentes na realidade social. O formato das sociedades capitalistas estruturadas em classes sociais reproduz, infinitamente, as diferenças sociais no interior de uma mesma fração de classe. Nessa toada, ao se estudar desigualdades em uma sociedade capitalista deve-se levar em consideração as diferentes formas de dominação e de conflitos, bem como as novas formas de resistências e lutas coletivas para defesa da saúde.

Sustenta-se a premissa de que a saúde dos trabalhadores está estreitamente relacionada com a capacidade organizativa dos próprios trabalhadores(as), como sujeitos coletivos (ODDONE *et al.*, 2020; LAURELL; NORIEGA, 1989), ou seja, é a participação efetiva dos trabalhadores, por meio de suas organizações, que pode gerar impacto relevante e mudanças nos ambientes de trabalho e nos quadros de saúde da população. Portanto, é preciso criar as condições favoráveis, teóricas e práticas, para se construir a crítica coletiva, a produção de conhecimento e a ação para transformação da realidade.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa social de caráter qualitativo e de natureza participativa, em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), da região de Macaé. A estratégia de estudo adotou os parâmetros da Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP), adaptada para o ambiente virtual (CAP *on-line*), em decorrência das exigências sanitárias impostas pela pandemia (SANTOS *et al.*, 2022). A concepção originária de CAP, desenvolvida por Brito e Athayde (2007), inclui parâmetros como a valorização da experiência do trabalho e processos dialógicos que resultem em ações de transformação laboral. Portanto, coloca-se em curso um processo de formação mútua entre os pólos de conhecimento que envolvem trabalhadores(as) e pesquisadores(as) e se amplia a capacidade crítica e o olhar investigativo de todos os envolvidos. (ODDONE *et al.*, 2020; SANTOS *et al.*, 2022).

Como procedimento operacional da CAP, foram realizadas quatro reuniões, denominadas oficinas (virtuais) em saúde do trabalhador (SOUZA *et al.*, 2020), durante os meses de novembro e dezembro de 2020. Participaram do estudo professores(as) do ensino básico da rede de educação do município de Macaé. A divulgação da pesquisa foi feita no *site* do sindicato, em meios de comunicação da região, e por meio de carta-convite encaminhada aos filiados. O número de participantes dos encontros foi variado: na primeira reunião, participaram dezessete pessoas,

sendo dez professores(as) do ensino fundamental II, seis pesquisadores(as) e um sindicalista; no segundo encontro estiveram presentes dez participantes, sendo quatro professores(as) pertencentes ao segmento fundamental I, cinco pesquisadores(as) e um sindicalista; na terceira reunião, estiveram onze pessoas presentes, sendo que cinco professores(as) pertencentes ao ensino médio, cinco pesquisadores(as) e um sindicalista; quanto à quarta e última reunião participaram dez pessoas, sendo três professores(as) da educação infantil, seis pesquisadores(as) e um sindicalista. Todas as oficinas foram realizadas após às 18:00 horas, horário pactuado previamente com o sindicato, gravadas e posteriormente transcritas. A autorização dos participantes foi registrada oralmente, conforme termos do comitê de ética em pesquisa.

Para condução dos diálogos, foi solicitado aos participantes que falassem, livremente sobre aspectos do processo de trabalho remoto, da saúde docente e pontos específicos a respeito de mudanças na organização laboral. Assim, nas falas dos professores(as), sobressaíram temas alusivos às desigualdades na educação, uso de tecnologias digitais e defesa da saúde. Quanto à análise dos materiais de campo, lançou-se mão da análise de conteúdo temática (MINAYO, 2010) e a categorização das falas ocorreu por critérios qualitativos de representatividade dos temas em relação aos objetivos do estudo, homogeneidade temática e diferenciação de sentidos para seleção diversificada dos excertos.

Cabe registrar que para proteção dos participantes do estudo criou-se um artifício para apresentação dos resultados, empregando-se um código alfanumérico com a combinação de letras e números, resultando na seguinte sequência: a letra “P”, representando a palavra “professor(a)”; mais uma letra aleatória para identificação da fala do participante no processo de transcrição dos materiais de campo (B, F, G, J, ...); seguida, finalmente, da abreviação do segmento de ensino a que pertence o docente: EI (Educação infantil); F1 (Fundamental 1); F2 (Fundamental 2) e EM (Ensino Médio).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca com o número 4.115.201.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se durante o estudo que o crescimento das desigualdades educacionais e o aprofundamento da precarização do trabalho docente possuem diferentes nuances. Tratam-se de aspectos singulares das iniquidades sociais em um cenário de emergência em Saúde Pública, mas que são persistentes no âmbito das relações estruturais da educação, a saber: desigualdades no trabalho docente, iniquidades sociais entre discentes, desigualdades de gênero, diferenças nos sentidos do trabalho com tecnologias, interseções do trabalho com a saúde e a defesa da saúde e o direito a desconexão do trabalho.

DESIGUALDADES NO TRABALHO DOCENTE: PRECARIZAÇÃO MATERIAL E EMPOBRECIMENTO DA ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Na perspectiva dos professores(as) participantes do estudo, a principal mudança no processo de trabalho ocorreu com a adoção, extemporânea, da modalidade virtual e o uso imperioso de ferramentas tecnológicas, criando diferenças materiais no trabalho no que diz respeito, principalmente, às suas condições. Segundo Oliveira

(2020), as condições de trabalho compõem o conjunto de recursos que possibilitam a realização das atividades laborais, envolvendo instalações físicas, insumos disponíveis, equipamentos e meios para realização das atividades, além de outros tipos de apoio necessários para consecução do trabalho.

Por certo, professores(as) já vivenciavam adversidades no trabalho anteriormente à pandemia, no entanto, com o trabalho remoto foi necessário contrair dívidas para improvisar o posto de trabalho em casa, adquirir novos equipamentos, contratar internet de boa qualidade e adequar o mobiliário. Essa nova situação mostrou diferenças no consumo e no acesso aos equipamentos digitais de trabalho, por parte dos docentes, quanto ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e didáticas.

Em termos estruturais, vivenciou-se na pandemia novas formas de precariedade do trabalho docente não visíveis. As condições materiais de professores(as) oscilam de acordo com o salário e sofre a instabilidade de medidas governamentais e políticas trabalhistas no serviço público. Assim, é possível falar de diferenças nas experiências (individuais) de precariedade material no trabalho docente durante a pandemia que afetaram alunos(as) e professores(as).

A gente não tá falando só de desigualdade entre alunos não [...] A gente tá falando de desigualdade entre professores [...] Eu tenho resistência mesmo porque eu acho tudo isso na conta do professor demais (PB F2).

Eu tenho uma “internet” aqui em casa muito boa, mas o meu “notebook”, o meu celular, eles não têm boa resolução, não são de boa qualidade, na verdade tô precisando trocar. E por conta disso eu acabo não conseguindo interagir mesmo em grupo de Whatsapp, não consigo participar [...] realmente, quem não tem essa estrutura de “internet” banda larga, é muito difícil (PG E1).

Parece correto afirmar que as diferenças no acesso de professores(as) às tecnologias levaram à fragmentação da categoria entre aqueles que possuem e os que não têm acesso aos utensílios e artefatos digitais. Entende-se que o reconhecimento das diferenças materiais no trabalho entre os próprios professores(as), gerado pela nova configuração de exigências instrumentais de trabalho, pode se constituir como importante pauta na luta pela recomposição salarial docente.

E de fato, os baixos salários pagos são um grande e persistente obstáculo para a qualidade do trabalho docente, uma vez que obriga o(a) professor(a) a um sobre-esforço na tentativa de ampliar carga horária de trabalho, como forma de complementação salarial, para acessar bens e serviços disponibilizados pelo mercado e pela sociedade (SANTOS, 2006). Além disso, a sobreposição de tarefas tem efeitos diversos na saúde dos professores(as) como mostra o estudo de Brito e Athayde (2003) a respeito da quantidade de escolas e de vínculos de trabalho necessários para o professor ter condições dignas de vida.

[...] acabei perdendo DE [dedicação exclusiva]. Tive que pegar uma turma, um aluno de reforço. Dois alunos, que eu vou na casa da pessoa dar reforço. Por quê? Porque eu preciso complementar a minha renda [...] Cada um com a máscara na cara. Mas eu precisei pegar esse valor pra cobrir meu DE que eu perdi [...] Porque a gente faz o planejamento todo, adquire dívidas contando com o dinheiro. E do nada, o cara fala assim: “você não tem mais DE [Dedicação exclusiva].” (PJ F1).

Vale dizer que a precariedade material do trabalho entre professores(as) contribuiu para o empobrecimento da atividade docente no contexto do trabalho remoto.

Nesse ponto cabe a reflexão, com Silva, Bittencourt e Oliveira (2019), a respeito do desenvolvimento da tecnologia na educação que impôs aos docentes um ritmo acelerado e trouxe como consequência a abreviação e o esvaziamento como humanos e educadores. Esse sentimento foi potencializado no período da pandemia na difícil tarefa do professor estabelecer e manter vínculos pedagógicos com os(as) alunos(as) por meio de aulas virtuais, especialmente os(as) que não tiveram acesso adequado às tecnologias digitais.

INIQUIDADES SOCIAIS ENTRE DISCENTES

O agravamento das desigualdades na educação no Brasil durante a pandemia inverteu a tendência prévia à equidade, principalmente, nas séries iniciais de ensino cujos maiores avanços escolares foi percebido nas quatro últimas décadas (NERI; OSORIO, 2021). No entanto, a desigualdade que caracteriza nossa sociedade não é apenas um dado estatístico, ela exhibe a pobreza das condições de vida de milhões de crianças brasileiras. Na perspectiva dos professores(as), os(as) alunos(as) foram justamente os(as) que mais sofreram os efeitos do aprofundamento das desigualdades sociais. Sucederam-se relatos a respeito do aumento de situações de riscos sociais e privações de ordem econômica.

[...] Tem casos que eu não tive interação nenhuma com o aluno. Eu tive um aluno específico que teve problemas familiares, ficou na rua e foi pro Cemaia [Centro Municipal de Atenção à infância e à adolescência], que é um abrigo que tem em Macaé. E aí com esse aluno eu não tive interação nenhuma e aí tive a informação de que ele tá no abrigo (PI EI).

[...] Umas das minhas escolas é uma comunidade, Botafogo, em Macaé, as crianças são muito, muito, muito pobres [...] Não é todo mundo que tem celular. Nessa escola, eu conto na turma quatro ou cinco alunos que tenha celular. Os outros 25 ficam em torno daqueles cinco pedindo [...] Então eles não conseguem ter acesso (PM F2).

Muitas famílias prescindiram de condições econômicas para dar suporte e continuidade às atividades escolares de suas crianças. Consoante Araújo (2020), a carência estrutural das classes desfavorecidas foi desnudada na pandemia e a miséria expandiu o trabalho infantil, cujas crianças são usadas, muitas vezes, para completar a parca renda familiar.

[...] muito aluno meu teve que começar a trabalhar [...]. Aí que teve debandada mesmo, todo mundo foi trabalhar. E aí eu tinha aluno que era da turma da manhã acessando a reunião de 18h da noite, porque falou: “Professora, só consigo chegar às 18h, 18h30, 19h, tô trabalhando” (PM EM).

Em termos conceituais, parece que vivenciamos, de fato, no momento da pandemia, o abandono escolar que, de acordo com Machado, Fristch e Pasinato (2021), refere-se às situações em que estudantes deixam a escola podendo retornar no ano seguinte. Já a evasão, refere-se aos estudantes que saem da escola e não retornam mais. Tanto a evasão quanto o abandono são indicadores educacionais reveladores de processos de exclusão social. De acordo com os mesmos autores, a pandemia é mais uma das forças contrárias que, somadas a outros fatores externos e internos à escola, potencializaram o abandono escolar, especialmente no Ensino Médio.

Importa considerar, ainda, que o tema a respeito das dificuldades de professores(as) em trabalhar de modo remoto em escolas públicas, principalmente no que se refere à

falta de recursos dos(as) alunos(as) no acesso às ferramentas digitais para interação pedagógica, acentuou outra importante e triste desigualdade histórica no Brasil, as diferenças entre escolas públicas e privadas. Alunos das classes média e alta contam no contexto familiar com recursos suficientes para continuidade escolar das crianças e adolescentes em casa. Mais uma vez, diferenças de uma sociedade cindida em classes sociais demarcam fronteiras no acesso ao direito constitucional de educação universal (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020; ARAÚJO, 2020).

Nesse ponto, cabe lembrar que o ensino fundamental, de melhor qualidade no Brasil, ocorre majoritariamente em escolas particulares, acessíveis a uma parte ínfima da sociedade, onde a maioria das crianças pretas e pobres estão excluídas. Esse processo de naturalização das desigualdades cristalizado nas diferenças entre escolas que atendem pretos(as) e pobres e aquelas voltadas para brancos(as) e de classes média e acima, é uma evidência do racismo estrutural presente nas relações sociais reproduzidas pelas disparidades entre as classes sociais (BERSANI, 2017). Complementarmente, é imperativo desnaturalizar as desigualdades inerentes aos processos de exclusão no contexto da educação (SILVA, 2022). Destarte, percebe-se que as desigualdades são de natureza racial, de classe e, também, de gênero.

DESIGUALDADES DE GÊNERO

As desigualdades de gênero também ficaram evidentes no decorrer do estudo. De acordo com Santos (2020), apesar de toda quarentena ser discriminatória, alguns grupos sociais tiveram suas vulnerabilidades agravadas, como é o caso das mulheres para as quais são impostas as tarefas de cuidado dentro e fora da família. Como afirma Federici (2019), o capital tem conseguido impor o trabalho doméstico às mulheres e transformá-lo “em um atributo natural da psique e da personalidade femininas” (p.42). A atribuição do papel de cuidado à mulher é fruto de uma construção histórica, não apenas cuidar dos filhos mas, também, “empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família” (ZANELLO, 2016, p. 114).

No início, eu achei que ia ser melhor trabalhar remotamente [...] Então eu tava até de certa forma animadinho [...] Até agora eu tive pouquíssimo retorno dos alunos [...] eu tenho uma mãe de 82 anos, um sobrinho doente renal crônico, minha filha trabalha na área de saúde, minha filha mais velha teve um problema com uma gravidez que ela não conseguiu levar pra frente no início desse ano (PM F2).

O conflito para conseguir lidar com a vida familiar e a vida profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007) colocou-se neste cenário de uma forma muito mais intensa, uma vez que essas duas esferas ficaram entremeadas, disputando o mesmo espaço e tempo, sendo difícil distinguir os seus limites. No contexto do ensino remoto, o espaço da casa precisou ser transformado em espaço de trabalho para o(a) docente e ainda, de ensino remoto para os seus filhos. Como era de se esperar, o desafio de ao mesmo tempo buscar conciliar diferentes atividades que demandam muita concentração e atenção, mostrou-se quase impossível de cumprir, pois exigiu escolhas difíceis que oscilaram entre conseguir realizar a atividade docente com qualidade, cuidar ou prestar apoio na aula online dos filhos e dar conta do trabalho doméstico.

Então, isso tá muito pesado, meu filho mais novo, eu praticamente larguei de mão [...] E o mais velho, ele ainda consegue fazer algumas coisas sozinho, mas eu tenho que

ficar pegando no pé, tenho que ficar chamando ele pra fazer atividade e acontece que enquanto eu tô trabalhando, eles estão vendo televisão, jogando videogame [...] eu não tenho um tempo que eu posso me dedicar a eles, porque ou eu tô trabalhando ou eu tô fazendo alguma coisa dentro de casa (PI EM).

Outro aspecto observado foi que as professoras reiteraram preocupação no formato online com a exposição da própria imagem. As tarefas de gravar vídeos, realizar vídeos-chamadas para reuniões e aulas online eram descritas como algo que lhes ocasionava desconforto e angústia. De acordo com Pfund, Hill e Harriger (2020) e Nóbrega (2021) ao pesquisarem mulheres estadunidenses, portuguesas e inglesas, o monitoramento constante da própria imagem, intensificado durante a pandemia, pode ser fator de desconforto para as mulheres, intensificando a insatisfação em relação a própria imagem. Consoante Simões-Barbosa e Dantas-Berger (2017), em nossa sociedade, o corpo feminino é colonizado por poderes mercantis e ideológicos que buscam a sua disciplinarização em torno de um ideal inatingível de feminilidade, cujos valores e atitudes impostos pelo patriarcado exige das mulheres uma busca insana e incansável por mudanças supérfluas em seus corpos que afetam sua confiança e autoimagem.

[...] eu tenho alguns problemas da minha imagem na câmera [...] Então no início da pandemia, gravar vídeo, participar das reuniões com a câmera ligada é muito difícil [...] não gosto da minha imagem na internet por questões pessoais, por questões que a gente sabe que os alunos fazem gracinhas, memes, compartilham vídeos, tudo isso (...) Não é o trabalho com a tecnologia que me assusta, que eu não gosto. É como a minha imagem vai tá circulando por aí sem meu controle, sem uma normatização (PM F2).

Ademais, durante as oficinas observou-se narrativas de professores homens que se diferenciaram das professoras mulheres, sobressaindo as diferenças de gênero no trabalho em contexto pandêmico. Ao contrário dos depoimentos das mulheres, houve diminuição da carga horária laboral para os homens.

[...] eu posso até dizer que hoje eu trabalho menos horas do que eu estaria trabalhando no presencial, com ensino remoto, que muitas aulas eu dava quatro tempos viraram dois tempos, como eu trabalho em várias escolas, às vezes, uma aula que eu gravo eu posso aproveitar pra uma outra escola também [...] eu consegui organizar o ritmo de trabalho mesmo, com os horários definidos que eu iria trabalhar [...] fora a gente se livrar da burocracia, diários, plataformas pra lançar nota também, nós ganhamos muito, pelo menos eu, desculpa (PF EM).

Ainda que nas últimas décadas muito se tenha avançado nas discussões nos movimentos sociais e na academia (FEDERICI, 2019; HIRATA, 2018), as desigualdades de gênero continuam evidentes no trabalho docente, com repercussões sobre a vida e a saúde das mulheres (MARUANI, 2019, p.12).

DIFERENÇAS NOS SENTIDOS DO TRABALHO COM TECNOLOGIAS: AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO DO LABOR DIGITAL

Observou-se nas falas dos(as) professores(as) tanto o reconhecimento e afirmação do potencial do uso das tecnologias na educação, quanto à sua negação e recusa. Para Antunes (2009; 2019), trata-se do contraditório processo de trabalho tecnológico, pois se por um lado necessitamos do seu potencial emancipador, por outro, ele pode nos explorar e escravizar. A questão da denegação relacionou-se de forma preponderante ao fato de os(as) professores(as) não se sentirem capazes

de assumir e desempenhar tarefas para as quais não foram preparados e que não faziam parte das atribuições contratuais (de natureza presencial) da docência na rede pública. Ocorre que na pandemia, o uso intensivo das tecnologias digitais na educação deixou de ser uma escolha para ser uma injunção, transformando-se em mais uma pressão sobre os professores(as) e suscitando diferenças entre eles(as).

Acho que o contra principal é a adaptação a uma nova linguagem que ninguém dominava, que essas tecnologias não estavam presentes no nosso dia a dia, então isso demanda uma dedicação extra, porque você tem que estudar as plataformas, você tem que se readaptar [...] a gente teve que se virar (PL EM).

A readaptação no trabalho, enfatizada pelos participantes, refere-se à ruptura com a forma de trabalhar anterior à pandemia. Consoante a perspectiva do campo da saúde do trabalhador, deve-se conceber o trabalho em suas relações com a saúde na perspectiva dos próprios trabalhadores(as), o que inclui conhecer as situações de mudanças do trabalho não só como ruptura, mas também como potencialidade, resistência e reinvenção de novos fluxos e produção de sentidos no cotidiano de trabalho (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013).

Então, meu ritmo de trabalho já tava mais pesado e ele se intensificou ainda mais na pandemia com a questão da gravação das aulas, com a questão de toda adaptação que a gente teve que fazer. Bom eu trabalho com três plataformas diferentes [...] eu tive que aprender (PI EM).

A tecnologia contribui para a determinação dos tempos e da organização do trabalho docente (TARDIF, 2001) e a intensificação, que já estava posta no trabalho presencial, foi ampliada com as mudanças impostas pelo uso da tecnologia no processo de trabalho. Considere-se, ainda, que a pandemia mudou a dinâmica social e do cuidado (SOUZA *et al*, 2022), o que envolveu sobrecarga do trabalho feminino e, ainda, exigiu aprendizado para uso das ferramentas digitais. Vale lembrar que estudos, como de Guarany (2020), evidenciam que os profissionais da educação ficam entre as 100 ocupações com mais afastamentos do trabalho por motivo de doença no mundo, o que certamente, relaciona-se ao processo de trabalho.

Isso pra mim foi a morte, porque eu... eu tenho muita dificuldade de lidar com a câmera, então, imagina, eu tive que me assim, me superar. Eu fui uma das últimas a gravar essas vídeo aulas [...] Aí o filho arrumou um tripé pra mim, pra eu botar... me ensinou como botar o celular e aí eu fui aprendendo, entendeu? Eu fui vencendo as minhas dificuldades (PH EI).

A exigência contínua de atualização e incorporação de novas técnicas e ferramentas sempre estiveram presente na vida laboral dos professores, não sendo considerado algo, por definição, negativo. Pelo contrário, como já afirmavam Marx (2013) e muito posteriormente Harvey (2013), é na relação com a natureza, que esta se modifica e, igualmente, o próprio homem se transforma. Não obstante, é fundamental não perder a dimensão coletiva e colaborativa do trabalho, razão pela qual a experiência da incorporação de novas tecnologias deve ser amplamente debatida com a comunidade escolar e acadêmica. A categoria docente não pode se constituir como mera consumidora de mercadoria tecnológica. É preciso considerar que agentes privados têm dominado mercados específicos, gerando verdadeiros oligopólios globais, sem preocupações com aspectos humanos e sociais (SILVA NETO, 2020). Nesse sentido, é válido considerar a construção de plataformas de caráter democrático, como as cooperativas de plataformas públicas, de natureza

dialógica, construídas com a participação dos professores(as) que são detentores da experiência e do conhecimento a respeito do próprio trabalho.

INTERSEÇÕES DO TRABALHO COM A SAÚDE

Em primeiro plano, pretende-se enfatizar a ideia segundo a qual a categoria docente, embora esteja submetida a processos de trabalho semelhantes, ela não se constitui em um grupo absolutamente homogêneo. O desafio consiste em identificar diferenças que podem contribuir para a análise das situações laborais e formulação de políticas específicas alusivas à saúde docente.

Para Barata (2009), quando falamos em desigualdades sociais na saúde, geralmente, estamos nos referindo à situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem face à oportunidade de ser e se manter sadio. No que tange especificamente aos docentes, as desigualdades constituem um conjunto de aspectos inerentes ao próprio trabalho, alguns já aqui abordados como diferenças salariais, precarização das condições de trabalho, labor tecnológico e desigualdades de gênero, que podem condensar-se em interseções com efeitos coletivos e individuais à saúde, como mostra o depoimento de uma professora.

Você fica muito tempo olhando pra tela do computador. Eu tava tendo enxaquecas, assim, horrorosas. Muitas dores na vista. Muitas dores de cabeça [...]A mulher, ela logo dá já aquela mexida na menstruação. Fica tudo desregulado. E aí eu tive que adquirir um plano de saúde, pra fazer exames (PH F1).

Importa considerar que o uso veemente das tecnologias da informação pode propiciar aquilo que autores, como Vieira (2020) e Carlotto e Camara (2010), denominam de “tecnoestresse”. Trata-se de um conjunto de sintomas relacionados ao excesso de informação e dificuldades de adaptação ao lidar com novas tecnologias. São comuns trabalhadores(as) apresentarem sintomas e queixas de saúde como dores de cabeça, dores musculares, dificuldades relacionadas ao sono e sentimentos negativos. Essas novas queixas de saúde adicionadas às antigas comorbidades levaram muitos professores(as) à contratação de planos de medicina privada, gerando diferenças no cuidado e acesso à serviços de assistência à saúde. Destarte, algumas interseções foram observadas, tais como agravos à saúde mental relacionada à sobrecarga e intensificação de trabalho (ARAÚJO; CARVALHO, 2009).

Com relação ao meu processo de trabalho durante esse ano letivo, ressaltar que a gente já vem [...] de um estado meio que doentio. Muitos trabalham em mais de uma rede municipal, em várias escolas. [...] Já vem isso de alguns anos já, fazendo tratamento médico, já passei por terapia, ainda utilizo medicamentos ansiolíticos pra poder conseguir relaxar um pouco a mente e baixar um pouco a bola (PR F2).

Verificou-se que as jornadas de trabalho tornaram-se ininterruptas em contexto de insulamentos domésticos, afetando as condições de saúde dos(as) trabalhadores(as) com ênfase nas queixas relacionadas à saúde mental (SOUZA *et al.*, 2021). Além disso, observa-se que as relações em gestões de cariz autoritário em escolas, com cobrança de produtividade e demandas desmedidas, podem levar a novas formas de dominação, ampliando as relações hierárquicas, subordinação e a competitividade, bem como a falta de autonomia no trabalho pedagógico com consequências para a saúde.

Isso só pra ilustrar como existe a competitividade [...] Há uma grande competitividade entre os professores da rede [...] Olha, você não consegue e eu consigo. Como assim você não consegue? [...] E as direções, muitas direções acabam fazendo esse tipo de pressão nos professores e que, por conseguinte, acabam também entrando nesse tipo de competitividade nociva e que não leva a lugar nenhum. Quando, na verdade, nos precisaríamos o quê? Nos unirmos pra enfrentar todas essas demandas (PI F2).

No decurso das reuniões, identificou-se divisões internas nos grupos de professores(as), o que mostra diferenças entre aqueles que manejam as tecnologias e os que não possuem qualificação ou experiência no uso dos aparatos telemáticos. Igualmente, percebeu-se grupos a favor e contra o ensino remoto emergencial.

Eu sou contra o ensino remoto, porque eu acho que não tem como, mas o que que eu tô tentando fazer? Tentando criar uma alternativa pra ajudar. É o que eu posso fazer. Entendeu? Agora, criticamente, é muito exaustivo, isso é cansativo demais, meu Deus. É estressante (PK F2).

Aí quando surgiu essa possibilidade de eu dar essa aula por vídeo [...] pra mim fez muito bem. Eu gosto muito de tá com os meus alunos. Faz bem pros alunos também, eles gostam [...] eu falo 20 minutos de conteúdo [...] e os outros tempos a gente fica com conversando (PR F2)

Essas cisões podem contribuir para aumento de conflitos, enfraquecendo os coletivos de trabalho e fragilizando processos de defesa coletiva da saúde. Não obstante, constatou-se que professores(as) compõem redes de solidariedade e colaboração, resistindo à modalidade digital de ensino e, além disso, observou-se o exercício do direito à desconexão do trabalho, um novo tema no vocabulário universal de lutas dos trabalhadores(as) da educação.

A DEFESA DA SAÚDE E O DIREITO A DESCONEXÃO DO TRABALHO

Considerando as desigualdades no trabalho docente, a precarização e a intensificação do trabalho, indaga-se como fica o direito ao repouso e ao tempo livre? É certo que aquela divisão dicotômica e binária entre tempo de trabalho e período de descanso, nunca foi linear para professores(as). Essa situação se agravou com o uso acentuado das tecnologias digitais no cotidiano de trabalho, quando, sobretudo, diluiu-se as tradicionais fronteiras entre vida profissional e vida pessoal, entre o público e o privado, notadamente no âmbito das atividades laborais de natureza intelectual (AMADO, 2018).

Sete e meia, oito horas é a hora que eu começo; 17 horas é a hora que eu paro. Sábado e domingo não adianta tá a direção mandando coisa sábado e domingo. Nem olho. Nem olho. Pra falar a verdade. Só na segunda-feira eu falo com aquelas pessoas. Tem que criar um limite. Porque senão, a pessoa fica doida (PI F1).

As falas dos(as) professores(as) trazem à tona a discussão sobre o direito a se desconectar ou o direito à desconexão. As novas ferramentas de trabalho, não por acaso, os deixam constantemente ligados. O ambiente de lazer e descanso é invadido pelas demandas de trabalho, sem que, todavia, haja qualquer remuneração a título de horas extras, por exemplo, ou medidas que assegurem a saúde do trabalhador, tanto física quanto mental.

Ah, grupo de WhastApp. Não entro, não autorizei, não sou obrigada. Entro no Classroom, posto as atividades, mas não fiz blog pessoal. Não compartilho meu número de celular com ninguém. É meu, é privado, eu que pago. A minha prefeitura não me dá esse suporte. Não fico conectado o dia inteiro porque também a prefeitura não me paga por fora (PM F2).

Observou-se durante o estudo que professores(as) resistem à intensificação da jornada de trabalho. Neste ponto é importante lembrar que o direito ao lazer e ao descanso são assegurados tanto pela Constituição Federal, quanto pela legislação trabalhista nacional e internacional, trazendo como consequência prática a limitação de jornada. O direito à desconexão em si, porém, ainda não conta com proteção legal autônoma no Brasil, a despeito de já ser regulamentado em alguns países, o que não impede, evidentemente, que os professores resistam por si e implementem limites, desconectando-se por conta própria, como observado nas entrevistas deste estudo. Assim, poder-se-ia dizer que estamos diante de verdadeiro direito ao não-trabalho (SOUTO MAIOR, 2003), apregoado pelo conceito de “direito à preguiça” (LAFARGUE, 2016), o qual poderá resultar no desenvolvimento da capacidade de reflexão que levará a classe trabalhadora a compreender as causas reais de sua situação e a necessidade histórica de superá-la numa sociedade nova (CHAUÍ, 2012).

Porque, no final, a gente que resiste, a gente que diz não, a gente que se recusa [...] eu meio que sou crucificada, eu sou a cricri, eu sou a que não veste a camisa, eu sou a que não quer fazer. E isso pra nossa saúde [...] O que custa? Custa muita coisa, custa horas sem dormir, custa você não dar atenção à sua família, custa todo o equipamento técnico que você não tem [...] no final, você se recusa, mas você também se sente culpado por isso (PM F2).

Por certo, o tempo de não-trabalho deverá ser dedicado, também, à organização política da classe trabalhadora de modo a se conhecer e fazer frente às metamorfoses do mundo do trabalho (ANTUNES, 2019). Assim, novas formas de exploração e opressão exigem novas formas de defesa coletiva, tal qual o direito à desconexão ao trabalho pode proporcionar como novo instrumento de resistência e luta (SOUTO MAIOR, 2003; AMADO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, verificou-se que as desigualdades na educação, antes e durante a pandemia do novo coronavírus, possuem diferentes nuances em um cenário desalentador, marcado pela exclusão e adoecimento no trabalho em escolas, mas também desafiador do ponto de vista de novas lutas e resistências coletivas.

Compreende-se que cabe ao Estado intervir mediante políticas públicas, justas e igualitárias, no caminho de uma educação democrática e não excludente, melhorando as condições de trabalho e a baixa remuneração de professores(as). Ademais, deve-se considerar a implantação de Programas que garantam a articulação entre as políticas de educação e de saúde no país com a participação dos professores(as) e suas organizações.

REFERENCIAS

AMADO, João Leal. Tempo de trabalho e tempo de vida: sobre o direito à desconexão profissional. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 52, p. 255-268. 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/141951>. Acesso em 20 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Infância e pandemia. **Caderno de Administração**, v. 28, p.114-121, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53733>. Acesso em 17 abr. 2022.

ARAÚJO, Tânia Maria; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 107, p. 427-449. 2009. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/es/a/mrKGFmbPCFybPb4rGHZGLZk/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 fev. 2023.

ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis de; MENDONCA, André Luis de Oliveira. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/DYP7kLpVqpt39SckfQpjD4S/?lang=pt>. Acesso em 14 abr. 2023.

BARATA, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dbn1.pdf. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-dejunho-de-2020-261924872>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BERSANI, Humbert. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 8, n. 3, p. 380–397, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6975>. Acesso em 20 abr. 2023.

BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 239-266, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fGmXYhddtNzJtxbGjv5zpPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev.2022.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. 1. Ed. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARLOTTO, Mary Sandra; CAMARA, Sheila Gonçalves. O tecnoestresse em trabalhadores que atuam com tecnologia de informação e comunicação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 308-317, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/pVQSQX5SPLbyzXCdM8DZT7v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev.2023.

CARVALHO, Cosmerina de Souza de; CRUZ, Lilian Moreira; COELHO, Livia Andrade. A educação como direito fundamental do/a estudante na pandemia da COVID 19: o ensino remoto e a realidade de escolas públicas de um município do interior baiano. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v.10, n. 3, p. 1124–1142, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/61535>. Acesso em 19 abr. 2023.

CARVALHO, Pamela. **Pandemia de desigualdades**. In: PELBART, P.P.; FERNANDES, R.M. (org.). *Pandemia Crítica*. 1 ed. São Paulo: edições Sesc, 2021, p. 360-363.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o direito à preguiça. In: NOVAES, A. (org). **Mutações**: elogio à preguiça. São Paulo: Edições Sesc, 2012. p. 77-106.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: global editora, 2013.

FILGUEIRAS, Vitor. **“É tudo novo de novo”**: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIORI, José Luís. Estado e desenvolvimento na América latina. **Rev. econ. contemp**, Rio de Janeiro, v.24, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Ty77GqqpXdskFgPHN3kvCvz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GUARANY, Alzira Mitz Bernardes. Trabalho do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública. Rio de Janeiro: **Revista Praia Vermelha**, v.30, n.1, p. 187-211, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/29061/19518>. Acesso em 20 abr. 2023.

HARVEY, David. **Para entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v.16, n.29, p.14-27, 2018. Disponível em : <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em 09 mar. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmDsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 mar. 2021.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Edipro, 2016.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MACHADO, Silvio Nei da Silva; FRITSCH, Rosângela; PASINATO, Darciel. Abandono escolar no contexto da pandemia: desejos, angústias e anseios nas falas de estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Olindo Flores da Silva. **Revista Labor**, v. 2, n. 26, p. 220-241, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72016>. Acesso em 09 abr. 2023.

MARUANI, Margaret. Introdução. O adeus ao trabalho, e aí? In: Maruani, M. (org.) **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZARÓS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. **Revista Necat**, Santa Catarina, v.10, n.19, p. 27-54, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4848/3607>. Acesso em: 22.mar.2023.

NÓBREGA, Sofia Carina Vieira. (2021). **O impacto da exposição às redes sociais durante o confinamento da Covid- 19 na satisfação corporal**. 2021. Dissertação (Mestrado em psicologia). Programa de Pós-graduação Faculdade de psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal, 2021.

NÓVOA, Antônio. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Distrito Federal, v.7, n. 3, p. 8-12, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/905>. Acesso em 29 mar. 2021.

ODDONE, Ivar; GASTONE, Marri; GLORIA, Sandra; BRIANTE, Gianni; CHIATELLA, Mariolina; RE, Alessandra. **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

OLIVEIRA, Dalila A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n.127, p.27-40, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>. Acesso em 22 abr. 2023.

PFUND, Gabrielle; HILL, Patrick; HARRIGER, Jennifer. Video chatting and appearance satisfaction during COVID-19: Appearance comparisons and self-objectification as moderators. **Eating disorders**, v.53, n.12, p. 2038-2043, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33089511/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SADER, Emir. **Se é público é para todos: defender as empresas públicas é defender o Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

SANTOS, Boaventura S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Editora Almedina, 2020.

SANTOS, Gideon B dos. As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 128-133, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100012. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, Gideon Borges dos; SOUZA, Katia Reis de; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos; GOMES, Luciana; FELIX, Eliana Guimarães; ARAÚJO, Luísa Maiola; COSTA, Jordânia Lira. Comunidade ampliada de pesquisa em ambiente virtual (CAP *on-line*) sobre trabalho e saúde docente. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n.132, p. 240-251, 2022. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2022.v46n132/240-251/pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e201628, p. 1-24, 2020. Disponível em : <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289>. Acesso em 10 abr. 2023.

SAVIANI, Demerval.; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36-49, 2021. Disponível em : https://www.andes.org.br/img/midias/66ab954ec8f021a1b9ee3f68b131266d_1611672555.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

SILVA, Anilde Tombolato Tavares da; BITTENCOURT, Cândida Alayde de Carvalho; OLIVEIRA, Marta Regina Furian de. A experiência da infância entre os dilemas da educação moderna e o empobrecimento do trabalho docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 14, n. 4, Esp., p. 2032-2045, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12926/8695>. Acesso em 20 mar. 2023.

SILVA NETO, Victo J. Plataformas digitais: de resposta à COVID-19 a novo instrumento de projeto? **Debates Sobre Innovación**, México, v. 5, p. 68-72, 2020. Disponível em:

https://www.academia.edu/45439930/SILVA_2020_Plataformas_digitais_de_resposta_a_COVID_19_a_instrumento_de_projeto_Revista_Debates_Sobre_Inovacion. Acesso em 14 abr. 2023.

SILVA, Pauline Aparecida Ildfonso Ferreira da. Racismo estrutural, processos de guetização e os expedientes da branquitude. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v.28, n. 82, p. 217-234, 2022. Disponível em : <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/834>. Acesso em : 10 abr. 2023.

SIMÕES-BARBOSA, Regina Helena; DANTAS-BERGER, Sônia Maria. Abuso de drogas e transtornos alimentares entre mulheres: sintomas de um mal-estar de gênero? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n.1 :e00120816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/85f9CCrsnrN9PrLfj6DwCVw/?lang=pt#>. Acesso em 15 mar. 2023.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Do direito à desconexão do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 23, p. 296-313, 2003. Disponível em: https://www.jorgesoutomaiormaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/do_direito_%C3%A0_desconex%C3%A3o_do_trabalho..pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

SOUZA, Katia Reis de; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos; SANTOS, Maria Blandina Marques; FELIX, Eliana Guimarães; BARBOSA, Regina Helena Simões; FERNANDEZ, Verônica Silva; BARROS, Walcyr de Oliveira. Oficinas em saúde do trabalhador: ação educativa e produção dialógica de conhecimento sobre trabalho docente em universidade pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/PLHTsn77WQmvJbKmStLmWPv/?lang=pt>. Acesso em 16 mar. 2023.

SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES, SANTOS, Andréa Maria dos; FELIX, Eliana Guimarães; GOMES, Luciana. Diários de professores(as) na Pandemia: registros em cadernetas digitais de trabalho e saúde. **Interface**, São Paulo, v. 26, p. e210318, 2022. <https://doi.org/10.1590/interface.210318>. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/jicse/a/BRBSP9kR9Xr4jK7T68Ry6zw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 abr 2022.

TARDIF, Maurice. O trabalho docente, a pedagogia e o ensino: interações humanas, tecnologias e dilemas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 10, n.16, 2001.

VIEIRA, Lia Severo. **Tecnoestresse em Trabalhadores que utilizaram tecnologias da informação e comunicação**: relação demandas-recursos. 2020. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2020.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. *In*: ZANELLO, V; PORTO, M (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s)**: questões para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 103-122.

Data da submissão: 25/04/2023

Data da aprovação: 29/06/2023